

Espaço, reprodução social e produção do comum

Gilberto Cunha Franca¹

RESUMO

Jovens, mulheres e, principalmente, populações marginalizadas têm desafiado as políticas neoliberais de privatização e fechamento de espaços públicos e comuns, muitas vezes, por meio da ocupação e gestão coletiva destes espaços. Elas manifestam-se especialmente contra as investidas do capital sobre a vida social cotidiana, que busca incessantemente lucro e renda. Para compreender a luta de classes em torno das formas de vida, este artigo se propõe a discutir, de uma perspectiva geográfica, a maneira como o capital se estende sobre os espaços sociais de reprodução, familiares, educacionais, de saúde etc. Para isto, retomo o conceito de espaço social, elaborado por Lefebvre para descrever o papel predominante da reprodução das relações sociais para a sobrevivência do capitalismo. Utilizo, entretanto, o conceito de espaço social em bases renovadas de produção e reprodução social, ou seja, em bases imateriais, externas, subjetivas, e por isso também mais aberta e comum, seguindo a elaboração de Hardt e Negri. Discuto, além disso, como as cidades e as metrópoles, enquanto meio de informação, comunicação e saber, tornam-se, ao mesmo tempo, repositórios e espaços do comum. Por isso, inclusive, a resistência e a ocupação dos espaços, públicos e privados, têm evoluído na maioria dos casos para a produção direta destes espaços comuns de vida coletiva, indo em muitos deles além da defesa do acesso e do direito à cidade.

Palavras-chave: Espaço; reprodução social; trabalho; conhecimento; comum.

Space, social reproduction and common production

ABSTRACT

Young people, women and, especially, marginalized populations have been challenging neoliberal policies of privatization and closure of public and common spaces, often through the collective occupation and self-management of these spaces. They manifest especially against the attacks of capital over the daily social life, caused by the constant pursuit of profit and rent. In order to understand the class struggle around life forms, this article proposes a discussion, from a geographical perspective, about how capital extends over the social spaces of reproduction, family, education, health, etc. So, I return to Lefebvre's concept of social space to describe the predominant role of social relations reproduction for the survival of capital. However, I use the concept of social space on a renewed basis of production and social reproduction, that is, on an immaterial, external, subjective basis, therefore more open and common, following the elaboration of Hardt and Negri. Furthermore, I discuss how cities and metropolises, as a means of information, communication, and knowledge, become at the same time repositories and spaces of the common. For this reason, even the resistance and occupation of spaces, public and private, have been evolving in most cases to the direct production of these common spaces of collective life, going in many ways beyond the defense of access and the right to the city.

Keywords: Space; social reproduction; work; knowledge; common.

¹ Geógrafo pela Universidade de São Paulo (USP), Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), E-mail: franca@ufscar.br

Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera (Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)

Introdução

Não sabemos como será a vida pós pandemia, mas já sentimos como nunca a transformação da vida cotidiana pelo deslocamento do trabalho remunerado para os espaços domésticos. Em tempo de isolamento social, o *home office* invadiu nossa casa. Esse fenômeno não é novo, mas mudou de qualidade. O trabalho em casa evita deslocamentos diários e cansativos, mas também traz riscos à liberdade e à saúde, sobretudo, para as mulheres que, em sociedades machistas como a nossa, fazem a maior parte do trabalho doméstico.

Não somente os espaços familiares, mas é possível dizer que quase todos os espaços sociais estão sendo invadidos pelas relações capitalistas. Por isso este artigo pretende discutir como o capital entra na esfera da reprodução social para extrair riqueza e moldar nossas formas de vida, revendo a interpretação marxista de Lefebvre sobre a reprodução social (1972), à luz das elaborações recentes de intelectuais e ativistas feministas (KATZ, 2019, BHATTACHARYA, 2017, FEDERICI, 2019). Minha análise da reprodução social é colocada em relação à produção contemporânea que ocorre cada vez mais no espaço social, ou seja, através das redes técnicas de informação e comunicação e das redes de cooperação e trabalho autônomo. O capital, entretanto, ao estender as bases materiais e imateriais do trabalho e da reprodução social, estendeu por sua vez, a dimensão comum da produção, e que escapa paradoxalmente ao seu próprio controle (HARDT e NEGRI, 2016), abrindo espaços, como veremos, para a produção de espaços comuns (STAVRIDES, 2016).

As cidades e, sobretudo, as metrópoles reúnem os mais extensos e complexos repositórios dos bens comuns, que repousam no ambiente construído, na cultura, na interação de saberes, nas relações afetivas. Por isso, a luta social ocorre cada vez mais na defesa de equipamentos e bens públicos culturais, estendendo a luta de classes pelos espaços da cidade através da ocupação e da produção de novas relações sociais coletivas e afetivas.

A preocupação sobre os espaços de reprodução social surgiu a partir do estudo dos espaços escolares, mais propriamente da pesquisa sobre a reorganização escolar da rede estadual de ensino na cidade de São Paulo, entre 1995 e 2005 (FRANCA, 2010 e 2012). Essa pesquisa abordou também a resistência das comunidades contra o fechamento de dezenas de unidades escolares, como foi o caso da comunidade em torno da EE Antônio Alves Cruz, em Pinheiros, onde, para evitar o fechamento, os estudantes encontraram antigos alunos e abriram a escola para atividades culturais e esportivas, como forma de ressignificação do espaço.

Em 2015, os estudantes secundaristas levantaram-se em uma das lutas mais significativas do país com a ocupação de 200 escolas contra uma segunda reorganização escolar, que levaria, entre outras coisas, ao fechamento de 94 unidades em todo o estado de São Paulo (GIROTTTO *et al.*, 2017). Numa análise geográfica, esses autores apontam para a estreita relação entre fechamento de escolas e valorização do espaço urbano, que Franca também identificou na primeira reorganização de 1995. Como dizem Girotto et al (2017), “é possível inferir que o movimento de ocupações correspondeu a uma resistência ao processo de valorização espacial apontado pela última proposta de reorganização” (p. 156).

A resistência à proposta da segunda reorganização foi maior e mais profunda. Num salto de escala, a resistência, que emergiu em São Paulo transbordou sobre a rede urbana brasileira. Houve, além disso, uma mudança na forma política do movimento: as ocupações se transformaram em territórios autônomos, organizados na maioria das vezes de maneira horizontal (RIBEIRO *et al.*, 2016). Mais importante, as escolas foram ressignificadas com uma produção criativa de aulas públicas, equipes de trabalho, oficinas, manifestando o desejo dos estudantes por uma pedagogia libertária e aberta para a diversidade.

Tal como o movimento 15M na Espanha, o Occupy Wall Street, os protestos da Praça Tahrir, no Cairo, a defesa do Parque Gezi, em Istambul e as revoltas pelo Passe Livre no Brasil, as ocupações das escolas passaram a produzir novas relações sociais em *locus*, para além de reivindicações sociais e democráticas. Estes espaços, ao mesmo tempo, abriram-se para a interação comunitária urbana-virtual, principalmente através das redes sociais, como Facebook, Twiter, Whatsapp, entre outros meios de informação, comunicação e compartilhamento de saberes e encontros afetivos.

A importância dos meios informacionais e das redes sociais, as novas formas de organização política dos movimentos sociais e, principalmente, a dimensão espacial com a criação de espaços autônomos levaram-me à reflexão teórica sobre as bases materiais e imateriais da produção e reprodução das relações sociais. Por isso, discuto a seguir como o espaço e a reprodução social, ao serem inundados pelo capitalismo, abrem-se também para a produção alternativa de espaços comuns e relações sociais coletivas e comunitárias, tais como os exemplos anteriormente citados.

Reprodução social

Uso o conceito de reprodução social para me referir ao trabalho, aos meios e às maneiras pelos quais nos refazemos cotidianamente. Para Brenner e Laslett (1991) isso “envolve vários tipos de trabalho socialmente necessário - mental, físico e emocional - destinados a fornecer os meios

definidos, historicamente, socialmente e biologicamente, para manter e reproduzir a população²” (p. 314). Além disso, dizem as autoras, “inclui a maneira como a comida, a roupa e o abrigo são disponibilizados para consumo imediato, como é realizada a manutenção e a socialização das crianças, como são prestados os cuidados aos idosos e aos doentes e como a sexualidade é construída socialmente” (p. 314).

Acho esclarecedora a elaboração da geógrafa Cindi Katz (2019) sobre essas condições tão amplas e complexas da vida humana. A reprodução social, diz Katz, é o “material carnudo, desordenado e indeterminado da vida cotidiana” (p. 438). Esse material é estruturado, segundo ela, por um conjunto de práticas numa relação dialética e conflituosa com a produção capitalista. No contexto das relações capitalistas, a reprodução social corresponde à reprodução diária e de longo dos meios de produção e, sobretudo, da força de trabalho

Na era das máquinas, diz Harvey (2016), “o capital se interessa cada vez mais por uma força de trabalho modestamente educada, que fosse letrada, flexível, disciplinada e suficientemente dedicada para cumprir a variedade de tarefas exigidas” (p. 169). A reprodução da força de trabalho nunca é homogênea, é importante ressaltar, e envolve sempre certo nível de diferenciação e especialização (KATZ, 2019). Segundo a autora, “esta força de trabalho diferenciada e especializada é socialmente constituída, sendo as práticas materiais não somente associadas à sua produção histórica e geográfica específicas, mas também os seus contornos e requisitos sendo resultado de luta contínua (p. 438)”

A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida também forçou o capital e o Estado a assumirem a responsabilidade e os custos da reprodução social, ainda que isto tenha acontecido de forma desigual, histórica e geograficamente. Mas hoje, com o neoliberalismo e a financeirização da vida cotidiana, a maioria da população sente o abandono do estado de bem estar social em setores essenciais da vida como saúde, educação, seguridade. O interesse mercantil pela reprodução social, quando a privatização mais avança, é proporcional ao desinteresse do Estado, aumentando a precariedade da vida principalmente das mulheres, negros, imigrantes e populações periféricas.

Em suas análises, Katz revela o descompromisso da globalização capitalista com a população e os lugares da reprodução social. Nesse artigo, especialmente importante por sua elaboração teórica, ela apoia-se em pesquisas empíricas sobre a reprodução da infância tanto em espaços privados do ambiente familiar quanto nos espaços públicos degradados, física e socialmente, pelo abandono do

² Tradução livre do autor.

estado neoliberal. Ela propõe o conceito de *topografia*³ para lidar com as interações globais capitalistas e seus custos, geograficamente desiguais, sobre a reprodução social e levanta a necessidade de construir *contratopografias* como instrumento político para reconstruir laços de solidariedades e se contrapor, também em escala global, ao capitalismo.

Katz, assim como Bhattacharya e Federici, vem realizando importantes aportes teóricos sobre a reprodução social no âmbito do marxismo. Suas abordagens procuram desenvolver essa esfera que ficou subdesenvolvida na obra de Marx e de seus seguidores. Seguindo a argumentação geral de Marx, elas colocam a reprodução social na relação com o processo geral de produção. Como disse Marx, "não são apenas as condições objetivas do processo de produção que se apresentam como resultado dele, o mesmo acontece com o caráter especificamente social das mesmas; as próprias relações de produção são produção, são resultado sem cessar renovado do processo", (MARX, s/d, p. 138-139)⁴.

Lefebvre (1973) teve papel importante no resgate do conceito de produção e reprodução das relações de produção. "Para Marx", diz Lefebvre, "está fora de dúvida que (...) a reprodução social dos meios de produção e a continuidade da produção material vão a par com a reprodução das relações sociais, tal e qual como a própria vida vai a par com a repetição dos gestos e dos atos cotidianos" (p. 8). A maneira como ele deslocou nosso olhar para a produção e reprodução das relações sociais continua sendo uma ferramenta especial para entender a atualidade da vida cotidiana, sobretudo em sua espacialidade urbana.

O aspecto da reprodução das relações sociais, diz Lefebvre (1976) "não começa a ultrapassar a reprodução dos meios de produção até o final do século XIX", mesmo "quando começa a colocar novos problemas" (p. 9-10). Harvey (2016) tem um argumento semelhante e diz que Marx provavelmente não abordou a reprodução social porque, quando escrevia sua obra, o capital deixava a cargo dos próprios trabalhadores os cuidados e os custos da sua reprodução. Em *O capital*, e nos *Grundrisse*, que antecedeu a obra principal de Marx, a análise volta-se, com raras exceções, para o entendimento das condições gerais e elaboração das leis de funcionamento do capital (ROSDOLSK, 2001).

³ Topografia, reúne aqui o sentido cartográfico, como descrição localizada do meio físico, quanto o sentido original grego, topos (lugar) e grafo (descrição) como descrição dos lugares que inclui os aspectos econômicos, políticos e culturais.

⁴ Esta passagem está no esboço de um dos cadernos que, infelizmente, ficou de fora do Livro I de *O capital* (s/d). "É isso, diz Lefebvre, que o capítulo [VI] do *Capital*, que permanecera inédito durante muito tempo e que recentemente foi publicada, vem testemunhar". p.8-9.

Críticas feministas da reprodução social

Federici (2017), entretanto, observa que, ao deixar de fora a esfera da reprodução, o trabalho feminino não remunerado fica negligenciado. “*Os três tomos de O capital de Marx*”, diz Federici, foi escrito “como se as atividades diárias que sustentam a reprodução da força de trabalho fossem de pouca importância para a classe capitalista” e, portanto, “como se os trabalhadores se reproduzissem no capitalismo simplesmente consumindo os bens comprados com salário”. Ao não abordar a esfera da reprodução social, conclui Federici, “ignora-se o trabalho das mulheres na preparação destes bens consumidos pelos trabalhadores” (p.12).

Para Bhattacharya, “o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo⁵” (2017, p. 2), em acordo com o sentido original de Marx, que se refere ao trabalho como “pressuposto inicial de toda a história humana”. Porém, “ironicamente, ele próprio”, diz Bhattacharya, “fracassou em desenvolver completamente”. (p.2). Então, ela retoma o sentido original do trabalho, porém, para desenvolver uma teoria da reprodução social que integre o assalariado da esfera da produção e o trabalho não remunerado da reprodução social, como expansão da teoria do valor e da acumulação de Marx e, assim, reelabora as questões da opressão de gênero e raça em termos marxistas.

Na esfera da produção fabril, o capital investiu estrategicamente sobre o controle do tempo de trabalho. Na medida em que a relação salário-trabalho “inunda os espaços do cotidiano não assalariado”, seguindo Olman (1997), o capital submete, diz Bhattacharya “o tempo da reprodução aos impulsos estruturantes do tempo da produção” (p.10). Entretanto, prossegue a autora, “o impulso estruturante não é uma simples correspondência, e é importante ressaltar esse ponto – pois enquanto o capitalismo limita nosso horizonte de possibilidades em ambas as esferas, ele simultaneamente precisa abdicar do controle *absoluto*⁶ sobre o tempo da reprodução” (p. 10). Sem o controle absoluto do tempo, condição estratégica de sua valorização, o capital coloca-se em um terreno perigoso.

O que impede o “controle absoluto sobre o tempo da reprodução” é uma questão importante para entendermos os limites que se levantam ao capital na mesma medida que o capital inunda os espaços da vida cotidiana. Ao se referir à reprodução social como “material carnudo, desordenado e indeterminado da vida cotidiana”, Katz (2017) sugere algo sobre esses limites. Esse material é o próprio sujeito e as condições próximas e distantes que estruturam suas relações sociais e suas formas de vida.

⁵ Tradução livre do autor.

⁶ O destaque é da autora.

O capital, a fim de extrair lucro e renda, investe cada vez mais sobre as relações sociais e a vida para a produção do sujeito e da subjetividade, ou seja, para a produção biopolítica (FOUCAULT, 2008). O conceito de biopolítica traduz a preocupação de Foucault, e que motiva este ensaio, de saber em que medida é possível estender a grade econômica “a todo ator não só econômico, mas social em geral, na medida por exemplo em que ele se casa, na medida em que comete um crime, na medida em que cria seus filhos, na medida em que dá afeto e passa tempo com os filhos” (p. 366)⁷.

Todavia, a moldagem econômica de todo ator social e a inundação do capital sobre as esferas da vida cotidiana levantam a questão de saber como, e em que medida, o espaço está se transformando para tornar possível esta moldagem e inundação. Espero oferecer argumentos na abordagem espacial para entender também os limites do capital em controlar o tempo da reprodução social. Isso porque, como veremos, as tentativas de controlar e capturar a reprodução social também levaram o capital para fora dos espaços tradicionais de maior controle sobre a força de trabalho, como as fábricas. Este será o assunto da próxima seção do artigo.

Espaço social

Lefebvre (1973) formulou o conceito de *espaço social*, “lugar da reprodução das relações de produção”, para referir-se ao momento em que a reprodução das relações sociais “se sobrepõe à reprodução dos meios de produção” (p. 17). Para ele, o espaço social e o conhecimento do espaço convertem-se em instrumentos estratégicos da “manutenção quanto ao essencial das relações sociais (de produção e de propriedade) no decurso de um crescimento das forças produtivas” (p. 13-14). Sua análise dialética do espaço social revela contradições e conflitos, regressões, degradações, transgressões e, até mesmo, produção de novas relações sociais, que despontavam entre jovens, mulheres e trabalhadores (p. 13-14).

A lógica de ordenamento espacial das relações sociais é confrontada com o movimento dialético do espaço social. Segundo Lefebvre, “o centro inclui e atrai os elementos que o constituem como tal (as mercadorias, os capitais, as informações etc.) mas que em breve o saturam” (p.18). Se os centros urbanos expulsam para as periferias os elementos sociais indesejados, a continuidade da concentração implode a cidade antiga, a degrada e gera novas centralidades margeadas e transgredidas pelos sujeitos periféricos.

Para o autor há uma contradição “ainda mais profunda” que a relação conflitiva centro-periferia (p.18-19). Ela se desenvolve a partir da relação entre o nível próximo de vizinhança e comunidade e

⁷ Como diz Negri, “eis como surge o biopolítico: como vida posta a trabalhar e, portanto, como política ativada para organizar as condições e o controle da exploração social na dimensão inteira da vida” (2016, p.93).

(sua invasão pela) ordem distante e global, capitalista e estatal. É “a relação”, diz Lefebvre, “entre *fragmentação* do espaço (...) e, por outro lado, a capacidade global das forças produtivas e do conhecimento científico: elas podem produzir espaços à escala planetária e até interplanetária”, (1973, p.19).

Considerada pela perspectiva do espaço, a reprodução das relações sociais compreende tanto a segregação quanto a fragmentação urbana. Entretanto a análise dos espaços de reprodução social só ganha concretude quando descemos ao nível e à escala dos subespaços ou mesmo dos microespaços da reprodução social. Tanto do bairro, do condomínio, da “quebrada” quanto da casa, do prédio, da rua, da praça, da escola, do hospital, da clínica etc. Em cada escala de relações sociais e espaciais, o conflito se refaz entre a busca de lucro e a busca de vida.

O conceito de espaço social, portanto, segue muito atual para entender reprodução social, porém as bases desta reprodução alteraram-se. Se, como diz Lefebvre (1973), “o capitalismo se apoderou da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa” (p. 20), precisamos olhar, como Negri e Hardt (2018), “a produção e a reprodução sociais em contexto mais amplo, para além da fábrica e do ambiente de trabalho” (p. 201). Ou seja, o espaço social é a própria base material e imaterial da divisão técnica e da cooperação do trabalho, externa à fábrica e à empresa⁸.

Meio geográfico

Marx analisou o trabalho, os objetos e os meios de produção do interior do processo produtivo, reunidos sob o comando do capital para produzir mercadorias, valor e mais valia. Sobre o meio externo ao trabalho, ele deixa apenas alguns insights sem desenvolvimento. Ele define como “meio de trabalho universal” (p. 258) os meios de produção que entram indiretamente ou deficientemente na produção de mercadorias, a exemplo das instalações, estradas, ferrovias etc. (MARX, 2013a).

Como estes meios são cada vez mais a base da produção de mercadorias e das relações sociais, chamei-lhes de meio geográfico do trabalho (FRANCA, 2007): “diferentemente do que se passou na manufatura, na maquinofatura e mesmo no fordismo o funcionamento e a continuidade do meio de trabalho fabril passaram a ser condicionados pelo meio geográfico do trabalho” (p. 84). Este meio geográfico, como meio-técnico-informacional (SANTOS, 1996)⁹, integrou os processos particulares

⁸ Analisei a primeira fase desta externalização no Brasil, nos anos 90, a partir da reestruturação produtiva e espacial do trabalho da indústria automobilística (Franca, 2007).

⁹ “Não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e um meio técnico de outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquinico durante 2 ou três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio-científico-informacional” (Santos, 1996, p. 35)

de trabalho e permitiu maior cooperação e fluidez à produção e circulação de mercadorias e de capital, condicionando cada vez mais o processo direto de trabalho (FRANCA, 2007).

O meio geográfico de trabalho, enquanto conjunto de infraestruturas físicas e sociais (transportes, logística, informação, comunicação), representa imensos contingentes de investimentos em capital fixo. Como todo capital fixo, e essa é sua peculiaridade, o valor empregado nele é repassado de maneira fracionada às mercadorias ao longo do tempo. Por isso, diz Marx, “quanto maior a duração do meio de trabalho e mais lento seu desgaste, mais tempo o valor do capital constante [desembolsado neste meio] permanece fixado nessa forma de uso” (p.240).

Se vamos “além da imagem do capital fixo como mera máquina”, diz Harvey (2014), nos “deparamos com um quadro do capital construindo paisagens de campos cultivados e fábricas, rodovias e ferrovias, portos e aeroportos, represas, usinas e redes elétricas, cidades reluzentes e grande capacidade industrial” (HARVEY, 2014, p. 111-112). O capital fixo entrelaçado ao solo redefine e valoriza os lugares, porém ele precisa ser utilizado em *locus*, o que traz uma série de complicações. A crise imobiliária de 2008 tem muita relação com essas peculiaridades do capital fixo. Isso porque, diz Harvey (2011), “os investimentos em espaço construídos são em geral baseados em créditos de alto risco, e de retorno demorado, quando o excesso de investimento é enfim revelado [...], o caos financeiro que leva muitos anos a ser produzido leva muitos anos para se desfazer” (HARVEY, p. 14). Ou seja, não se pode alterar permanente o espaço mediante incorporação de novos fixos sem ameaçar os valores já fixados e provocar desvalorização e degradação dos lugares.

A compreensão de Harvey sobre o capital fixo seguiu principalmente a análise dos aspectos materiais e econômicos da produção do espaço. Mas hoje os aspectos imateriais e sociais do capital fixo chamam muita a atenção, sobretudo nos espaços metropolitanos, onde mais avança a informatização do trabalho e a digitalização da vida cotidiana. Nesses espaços, se o capital flui, estrutura e domina a produção e a reprodução social, também expande o espaço de interação comum, sob a qual se criam alternativas que confrontam as próprias relações sociais capitalistas. Nos primeiros anos da década de 70, o capital confrontou o movimento trabalhista, social e civil, apoiando-se na automação no interior da fábrica e nas tecnologias de informação externalizando a produção. Como disseram Hardt e Negri, “a fim de restabelecer as margens de lucro que não podiam mais ser extraídas das fábricas, o capital teve que colocar o terreno social para trabalhar, e o modo de produção teve de ser ainda mais firmemente entrelaçado às formas de vida” (p. 151-152).

Se na base da grande indústria, que Marx analisou, o capital internalizou a divisão do trabalho e a cooperação no interior do processo produtivo, hoje a divisão técnica e a cooperação do trabalho ocorrem cada vez mais externamente. Se na grande indústria o capital valia-se da reunião interna

dos trabalhadores para aumentar a produtividade e o lucro, hoje, dizem Negri e Hardt, “o trabalho é cada vez mais social, baseado na cooperação com outrem e incorporado em um mundo de redes comunicativas e conexões digitais que correm ao longo de arranjos industriais, sistemas agrícolas e outras formas econômicas”, (p. 127).

Pode-se dizer que, em vez de fornecer a cooperação, o capital “expropria a cooperação [externa] como elemento central de exploração da força de trabalho biopolítica” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 163). Aquilo que se divulga como economia colaborativa, da qual as grandes corporações como Uber, Ifood e AirBnB se beneficiam, é o exemplo mais bem acabado de como o capital super explora o trabalho autônomo e capta a riqueza social. Mas é preciso considerar que este tipo de trabalho, cada vez mais cognitivo, autônomo e cooperativo, se realiza em certa medida “de maneira autônoma em relação ao comando capitalista” (p. 163), como veremos mais adiante.

As empresas, para competir, procuram capturar este dinamismo externo. Segundo Costa e Garcia (2018), “as principais vantagens são aquelas em que é possível o compartilhamento de conhecimentos ou aquelas que envolvam amplas possibilidades de intercâmbio. (...) isto é, aquelas que envolvem trocas de conhecimento e aprendizado interativo” (p. 325). As metrópoles, não mais as fábricas ou empresas específicas, como no caso analisado pelos autores, são as principais bases do compartilhamento do conhecimento e do aprendizado interativo.

Segundo Bengtsson (2002), o tipo de “conhecimento explícito”, isto é, o “conhecimento que pode ser codificado e compartilhado por todos”, apresenta um desafio: “como considerar e medir o fato de que quando o conhecimento é compartilhado, ele cresce” (p.4)¹⁰. O problema do controle da produção se coloca agora como dificuldade de medir o conhecimento. Se o aprendizado e o conhecimento crescem, e a produtividade do trabalho aumenta através de interações do saber e do fazer externos, ou seja, do espaço social, eles também podem e são mobilizados para produzir interações sociais que excedem os limites do capital.

Intelecto geral

O saber social anda lado a lado com o meio geográfico construído e, por isso, não existe capital fixo sem uma correspondência no saber. Esta ideia está bem formulada por Marx nos *Grundrisse*, escrito que antecedeu *O capital*. Infelizmente, nesta última obra, a dimensão subjetiva do capital fixo perde lugar para os aspectos mais objetivos. Mas isso não impede de retomar e usar esta dimensão

¹⁰ “Neste sentido, o conhecimento é um pouco como o amor, que cresce quando é compartilhado” (p. 325).

subjetiva e social do capital fixo, que a citação seguinte de Marx revela com incrível capacidade de abstração:

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são *órgãos do cérebro humano criados pela mão humana*; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio *força produtiva, no imediata* e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo de vida real. (MARX, 2011, p. 589)

O capital fixo como “saber objetivado”, um oxímoro, oferece poderosa ferramenta para compreender o funcionamento da produção e da reprodução social e, a partir disso, discutir até que ponto a vida social está controlada por este saber. Entretanto, o que distingue o aspecto intelectual e imaterial do capital fixo, diz Vercellone (2015, apud HARDT e NEGRI, 2018, p. 156), é que ele permanece “essencialmente incorporado aos seres humanos e, portanto, corresponde fundamentalmente às faculdades intelectuais e criativas da força de trabalho”. Consequentemente, isso abre outro campo de disputa de classes em torno dos meios e dos produtos imateriais de produção - e, portanto, do capital - incorporados imediatamente no indivíduo social.

Uma característica atual do trabalho que atravessa tanto a esfera da reprodução social quanto da produção de mercadorias é sua crescente imaterialidade. “A dimensão imaterial dos produtos”, diz Gorz (2003, p. 35), “predomina sobre a realidade material”. O trabalho material, que marcou a longa história do capitalismo no espaço fabril, vem sendo ultrapassado pelo trabalho imaterial. Como dizem Hardt e Negri (2016, p. 153): “imagens, informação, conhecimento, afetos, códigos e relações sociais, por exemplo, estão adquirindo maior peso que as mercadorias no processo capitalista de valorização”.

Esta metamorfose do trabalho é significativa para entender a atualidade da reprodução social, pois o objeto (e o resultado) do trabalho imaterial é cada vez mais o próprio sujeito. “Uma característica distintiva da mente e do coração” segundo Hardt e Negri (2016), “é que, paradoxalmente, o objeto da produção é na realidade um sujeito”, porém não se trata de um sujeito isolado, mas de um sujeito definido “por uma relação social ou forma de vida”, dizem os autores (p. 155). Trata-se ainda de um sujeito cujo corpo, coração e mente passam para o primeiro plano das estratégias capitalistas.

Empresas como Uber, Airbnb, Ifood “exploram” a força de trabalho e extraem saber geral gerado pelos usuários e pela sociedade. Mesmo equipamentos eletrônicos como TV e *smartphone* são muito mais o resultado concreto das redes de cooperação e da inteligência coletiva (apropriada pela inteligência artificial) que a astúcia de um CEO. Isso tudo nas mãos do capital presta-se ao lucro e ao controle, como também à violência e à guerra. Mas as investidas produtivas e reprodutivas sobre os sujeitos e os meios sociais, cada vez mais externos, não só repõem a rebeldia do trabalho, como abrem caminhos para cooperação em rede autônomas e coletivas de trabalho e vida social¹¹.

Interfaces trabalho-reprodução social

A imaterialidade do trabalho e a investida produtiva sobre a sociedade seguiram através da diluição das fronteiras entre os espaços da produção e reprodução social. “A tradicional divisão econômica entre trabalho produtivo e reprodutivo sai de cena nesse contexto, dizem Negri e Hardt (2016), “à medida que a produção capitalista volta-se mais para a produção não só (e talvez nem mesmo primordialmente) de mercadorias, mas também de relações sociais e formas de vida” (p. 155 e 156). Bhattacharya (2017a) também alerta para o desafio de ir além da visão bidimensional tradicional entre local de trabalho e local de reprodução social separados e atribuir exclusividade do primeiro na produção de valor e mais-valia. Surgem, diz ela, “inúmeros capilares de relações sociais que se estendem entre local de trabalho, casa, escolas, hospitais - um todo social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano de maneira contraditória, porém maneiras constitutivas¹² (p. 3)¹³”. Ela cita estudos recentes que relatam como “as “linhas legais” na Índia ou o “regime de trabalho no dormitório” na China conferem notável destaque analítico não apenas aos lugares onde a classe trabalhadora trabalha, mas também aos espaços onde os trabalhadores dormem, [as crianças] brincam, vão para a escola - em outras palavras, vivem uma vida plena e sensual além do local de trabalho” (p. 19).

Entretanto, é importante ressaltar que no contexto atual do trabalho imaterial precisamos olhar este embaralhamento das esferas produtivas e reprodutivas naquilo que mais avança e redefine

11 Sobre cooperativas de entregadores na Europa ver matéria de Shyam Krishna (2020), *Reclaiming work: can cooperatives overthrow the gig economy?* Disponível em: <https://www.redpepper.org.uk/reclaiming-work-can-cooperatives-overthrow-the-gig-economy/>. No Brasil, ver matéria de Victor FArinelli (2020) *Entregadores planejam criar cooperativa para competir com aplicativos e oferecer mais direitos aos trabalhadores*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/entregadores-planejam-criar-cooperativa-para-competir-com-aplicativos-e-oferecer-mais-direitos-aos-trabalhadores>

¹² Tradução livre do autor.

¹³ “Podemos ver que são as primeiras da fila como trabalhadoras essenciais (enfermeiras, operadoras de caixa). Mas também o aumento do trabalho em casa, o cuidar dos filhos, não deixá-los com medo, protegê-los dessa ameaça” (FEDERICI, 2020).

nosso modo de vida: as interações virtuais e remotas. O nível surpreendente de entrelaçamento entre esses espaços neste período de pandemia, chega a ser assustador, com a realização do trabalho e de uma infinidade de atividades e encontros (ensino, assistência médica e psicológica, sexo, amizade) acontecendo remotamente e à distância, superando o distanciamento físico, porém sob imprevisíveis danos físicos, sociais e emocionais.

A participação das mulheres no mercado de trabalho segue aumentando, resultado antes de tudo de suas lutas por igualdade. Como é fato que as mulheres ainda exercem a maior parte do trabalho da casa, dos cuidados e afetos familiares, são elas também as mais atingidas. Ou seja, quando o trabalho assalariado das mulheres se mescla às atividades cotidianas de reprodução familiar, principalmente em modalidade remotas, a vida torna-se mais estressante e degradante.

O trabalho imaterial e feminino, em espaços produtivos e reprodutivos entrelaçados como descrevemos anteriormente, envolve-se “na produção de formas comuns de riqueza, como conhecimentos, informação, imagens, afetos e relações sociais”, como dizem Hardt e Negri, “que serão posteriormente expropriadas pelo capital para gerar valor excedente” (Hardt e Negri, 2016, p. 161-162). Quando mulheres e homens são colocados para trabalhar para o capital, seu capital fixo, saberes e afetos voltam-se contra elas e eles mesmos.

Mas esta mesma riqueza de meios e relações sociais também excedem os limites do capital e abrem potencialmente condições de reunir isso tudo para o bem comum, como veremos. O capital encontra desafios nas condições atuais para medir, extrair valor e controlar a esfera da reprodução social. Medir a produção imaterial de saberes e afetos é diferente de medir mercadorias objetivadas como carro, geladeira, casa etc. Se o capital investe sobre as relações sociais, como dimensão estratégica para estender seus domínios, não o faz sem riscos. “Os produtos biopolíticos”, diz Negri, “tendem a exceder toda mensuração quantitativa e assumir formas *comuns*¹⁴, compartilhadas com facilidade e dificilmente delimitadas como propriedade privada” (2016, p. 158).

Emergência dos espaços comuns

Pela primeira vez produção e reprodução social sobrepõem-se e entrelaçam-se social e espacialmente, dentro e fora dos limites do capital. Ao estender seus domínios sobre as relações sociais e as formas de vida externas ao processo produtivo, o capital intensificou o espectro do “*comum* na produção econômica, tanto como base como produto”, dizem Negri e Hardt (2016, p. 174), e “a produtividade da força de trabalho excede cada vez mais os limites estabelecidos em seu

¹⁴ Destaque dos autores.

emprego pelo capital”. Pode-se dizer que as pessoas produzem muito mais sob meios abertos e externos do que faziam nos locais específicos de trabalho, porém a maior parte da riqueza social segue sendo extraída pelo capital.

Claro que nestas condições também se trabalha mais, e eleva-se, em muitos aspectos, o sofrimento humano. Porém, as redes de cooperação, comunicação e compartilhamento estão sendo apropriadas em realidades também sobrepostas para “pensar e formar relações não só no emprego, mas também na rua, em casa, com os vizinhos e amigos” (2016, p.175) de maneira autônoma e coletiva. A proliferação do trabalho e de formas de vida alternativas em redes virtuais e comunitárias é uma demonstração da expansão de novas relações sociais em base comum. Nas atividades comunitárias (territoriais e virtuais) de bibliotecas, cursinhos, hortas, doação e trocas de alimentos e outros itens, a vida se refaz em novas bases subjetivas de emoções e afetos.

A metrópole, nesse sentido, é “um amplo reservatório do bem-estar comum” (2016, p. 177). Ela não é somente um ambiente construído de ruas, casas e todo tipo de infraestruturas físicas como saber objetivado, também é, mais do que nunca, uma “dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais” (p.177). O capital e o Estado estão atrás deste ambiente e saber e, para isso, fragmentam e cercam o comum a fim de controlá-lo e extrair renda e valor. “Ironicamente”, diz Federici, “esses cercamentos demonstraram que não só as terras comunais não desapareceram, como também novas formas de cooperação social estão sendo constantemente produzidas, inclusive em esferas da vida em que antes não existia nada, como por exemplo a Internet” (2018, p. 2).

O projeto de *direito à cidade* (e à diferença), que Lefebvre formulou em contraposição à segregação e à fragmentação socioespacial (1972 e 2001), encontra-se entre os direitos humanos mais essenciais para vida social. Ele tornou-se um objetivo dos movimentos sociais e vem sendo reivindicado, para além do direito ao acesso, como direito de produzir a cidade segundo nossos desejos coletivos (HARVEY, 2014). Como diz Stavrides (2016) se “os movimentos urbanos que reivindicam esse direito”, mostram também, “que a cidade não é apenas um contexto de direitos, mas os meios e a aposta de um esforço abrangente para moldar coletivamente um mundo comum¹⁵” (p. 97).

Stavrides (2016) oferece uma elaboração fundamental a partir do conceito de *espaço comum* para compreendermos as práticas disseminadas de produção da cidade, principalmente nas últimas

¹⁵ Tradução livre do autor.

décadas, em contraposição aos cercamentos e privatizações do espaço urbano. “*O espaço comum é um conjunto de relações espaciais produzidas por práticas de comunização*”, diz o autor (p. 3).

Os espaços comuns formam-se a partir de duas situações distintas de organização. A primeira tende a ser organizada como espaço fechado, onde se define explicitamente os limites do espaço *comunizado* correspondente a uma comunidade específica de *comuneiros*; a segunda situação tende a assumir o modelo de uma rede mais aberta de passagens, por meio do qual as comunidades de *comuneiros* surgem, se comunicam e trocam mercadorias e ideias (STRAVIDES, 2016)¹⁶.

Como exemplo da primeira situação, penso na ocupação do Cais José Estelita no centro histórico de Recife. O movimento #OcupeEstelita teve início em 2008 quando o terreno de propriedade da Rede Ferroviária Federal S.A. foi comprado por um grupo de empreiteiras para a construção de 12 torres de quarenta andares para uso privado (SAVAZONI, 2018). Como diz o autor, “o comum surge nesse contexto como um sopro de esperança, terceira dimensão possível, baseada na auto-organização e na coletivização do espaço urbano em benefício das maiorias. O espaço público, ressignificado, tornou-se espaço de encontro e de produção da política” (p. 73)¹⁷.

Para exemplificar a segunda situação, trago uma experiência pessoal recente. Em julho de 2020, fui convidado para participar do grupo BuyNothing_Doações&trocas, pelo Whatsapp, que reunia, em agosto do mesmo ano, 180 moradores dos bairros Vila Ida, Vila Beatriz e Jataí, no município de São Paulo. “Somos um grupo de vizinhos que acredita que é possível viver de uma forma mais sustentável e colaborativa, fortalecendo laços de cooperação e amizade dentro da cidade grande. Através de uma rede de doações e trocas de bens e serviços, estamos fomentando o não consumismo e nos ajudando mutuamente” BuyNothing_Doações&trocas (2020). O grupo inspirou-se no *Buy Nothing Project*¹⁸, iniciativa mundial de doações entre grupos de uma mesma comunidade, que funciona principalmente via Facebook.

O que pretendo indicar com estes exemplos é que, se o capital investe sobre os espaços sociais para apropriar-se do conhecimento, dos saberes e afetos, isso não acontece sem a expansão de

¹⁶ Todos os grifos são meus.

¹⁷ “Outro caso brasileiro emblemático de peleja por um comum urbano é o de um terreno de 24 mil metros quadrados localizado no centro de São Paulo, entre as ruas Augusta, Caio Prado e Marquês de Paranaguá”, diz o Savazoni (p. 74). “O OPA [Organismo Parque Augusta] se configurou como um movimento autogerido e horizontal, organizado por meio de assembleias presenciais, grupos de trabalho, ações diretas e pela internet. Com uma única reivindicação: a criação do parque 100% público, sem prédios, sem especulação imobiliária e com administração popular” (p. 74).

¹⁸ O Buy Nothing Project é uma rede global de grupos comunitários, fundada nos Estados Unidos em 2013, que incentiva a doação (ou reciclagem) de bens de consumo e serviços, como preferência em relação ao comércio convencional. O objetivo do BNP, como descrito em sua página, é “colocar de lado o modelo de escassez de nossa economia de dinheiro, em favor de compartilhar de forma criativa e colaborativa a abundância ao nosso redor” About Buy Nothing Project (2020). Disponível em: <https://buynothingproject.org/about/>. Acesso em 2020.

experiências coletivas organizadas em espaços comuns. Quando menos se espera, os espaços comuns surgem da ocupação de escolas, da defesa de praças, ruas e equipamentos públicos para a vida social ou surgem através das redes comunitárias de ajuda mútua, doação e troca de produtos e afetos.

Considerações finais

Neste artigo abordei o avanço do capitalismo sobre os espaços de reprodução social, assim como procurei indicar as limitações do capital, certas resistências a ele, e até mesmo a eminência de experiências de vida alternativas. Portanto, espero ter conseguido demonstrar que a via capitalista, embora dominante, tem sido confrontada por outras vias que articulam o saber e o meio informacional para criar espaços coletivos de vida. Para isso, expus as condições espaciais e subjetivas da produção contemporânea e, especialmente, a maneira como o meio geográfico e o saber são moldados para capturar o trabalho e as interações humanas.

Ao inundar o espaço da reprodução social e sobrecarregar principalmente o trabalho das mulheres, o capital também encontra limites, pois a vida cotidiana, externa aos espaços produtivos, escapa ao controle absoluto do tempo. Seria a reprodução social um terreno perigoso para o capital? Acredito que sim, e foi o que tentei demonstrar. Penso ainda que o ativismo e a elaboração teórica feminista sejam o resultado mais expressivo que confronta a investida para moldar essa esfera indisciplinada da vida. Mas esta é uma discussão para trabalhos futuros, que venham a lidar com situações singulares, dos agenciamentos e interseccionalidade de classe, gênero, raça, geração, lugar.

Como vimos, o capital opera cada vez mais sobre o espaço social, externo à fábrica e ao ambiente empresarial, através das redes de informação e comunicação, capturando o trabalho colaborativo, o conhecimento compartilhado e as interações humana-maquínicas. Ele se apoia nestas redes imateriais para espoliar o trabalho autônomo, a exemplo dos entregadores urbanos; assim como desterritorializa as fronteiras entre o local de trabalho e a casa para seu proveito. Mas as redes sempre excedem os limites de domínio capitalista, posto que o próprio capital é um sistema produtor de excedentes, elas se abrem ao trabalho e à produção de relações sociais que escapam ao seu domínio.

A abertura do espaço social para produção biopolítica, em síntese, teve como resultado a criação de uma esfera comum de produção e reprodução social, que o capital domina, mas não de maneira absoluta. Ao estender o espaço social de onde mais extrai riqueza, o capital amplia a esfera do comum, com potencial para criação de espaços integrados pelas redes de interesse coletivo e de

vizinhança comunitária. Como as cidades e as metrópoles são potencialmente repositórios do comum, elas se tornam o palco principal da luta de classe, uma luta para criar configurações singulares de apropriação deste repositório de informação, saber e afetos.

Assim quis demonstrar, de uma perspectiva materialista, que a nova onda de manifestações urbanas, como a ocupação das escolas relaciona-se, por um lado, às próprias condições atuais de produção e reprodução social. Isto não acontece como relação infraestrutura-superestrutura, com a base econômica determinando a política e a consciência. Ao contrário, minha argumentação procura sustentar que as ocupações urbanas recentes (e suas formas de organização) estão ligadas, immanentemente, às inovações da produção social e subjetiva, ou seja, biopolítica. Isto por sua vez não isenta um outro lado da política, que pode se afirmar pela capacidade de inovação subjetiva (e organizativa) no plano da vida social.

Referências

BENGTSSON, J. Educação para a economia do conhecimento: novos desafios. In: Velloso, João Paulo do Reis (Org). *O Brasil e a Economia do Conhecimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BHATTACHARYA, T. Introduction. In: BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory. Remapping class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press. 2017.

BRENNER, J. and LASLETT, B. Gender, Social Reproduction, and Women's Self-Organization: Considering the US Welfare State. *Gender & Society*, v 5, no. 3, p. 314. 1991.

COSTA, A. e Garcia, R. Aglomeração produtiva e diversificação: um enfoque sobre os serviços de tecnologia da informação *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.20, n.2, p. 325-343, Maio/Ago. 2018

FRANCA, G. *O trabalho no espaço da fábrica*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Urbanização e educação: da escola de bairro à escola de passagem*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo - USP, 2010.

_____. Territorialidade da educação: as escolas públicas nas áreas centrais de São Paulo. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 16, n.3, p. 110-123. 2012.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante: 2017.

_____. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, S. “*Capitalist Childhood, Anti-Capitalist Children: The Social Reproduction of Childhood*,” unpublished paper, 2015.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica. curso dado no College de France: (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIROTTO, E.; PASSOS, F.; CAMPOS, L.; OLIVEIRA, J. A geografia da reorganização escolar: uma análise espacial a partir da cidade de São Paulo. *ETD- Educação Temática Digital*, v.19 n. esp. p. 134-158 jan./mar. 2017

GORZ, A. *L’immatériel*. Paris: Galilée, 2003.

HARDT, M e NEGRI, A. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016

_____. *Assembly. A organização multitudinária do comum*. São Paulo: Editora filosófica Politeia, 2018.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KATZ, C. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. Trad. Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 2, p. 435-452, ago. 2019.

LEFEBVRE, H. *A reprodução das relações sociais de produção*. Porto: Publicação escorpião, 1973.

_____. *The survival of capitalism. Reproduction of the Relations of Production*. New York: St. Martin's Press, 1976.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. *Capítulo VI inédito de O capital. Resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

_____. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital.*

Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013b.

OLLMAN, B. *Alienation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NEGRI, A. *Quando e como li Foucault*. Organizado e traduzido por Mario Marino. São Paulo, N-1 Edições, 2016.

RIBEIRO, M.; CAMPOS, A.; MEDEIROS, J. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

ROLDOSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

STAVRIDES, S. *Common Space. The city as commons*. London: Zed Books, 2016.